



## Os Mestres e Mestras Griôs na Educação Agroecológica

Tadzia de Oliva Maya<sup>1</sup>; Tainá Miê Seto Soares<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Jornalista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestra em Ciências ambientais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [tadziamay@gmail.com](mailto:tadziamay@gmail.com); <sup>2</sup>Historiadora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) E-mail: [tainamie@gmail.com](mailto:tainamie@gmail.com).

**Resumo:** Este texto conta a experiência das aulas de Agroecologia realizadas dentro da grade curricular de uma escola pública no interior do estado do RJ, em Silva Jardim, região das Baixadas Litorâneas, no distrito rural de Aldeia Velha. As aulas de Agroecologia foram fruto de uma parceria entre um coletivo de educação autônomo, um Ponto de Cultura e a Escola Municipalizada Vila Silva Jardim e previa aulas semanais de Agroecologia com um mestre de tradição oral – aqui chamado de Mestre Griô – mateiro e agricultor agroecológico da região, remunerado para a função. A experiência debate como isso se tornou possível, sabendo das dificuldades da inserção de forma continuada do tema no cotidiano escolar e dos desafios da remuneração de projetos de Agroecologia levados a cabo por pequenas entidades. Abordamos as políticas públicas, como a reapropriação dos territórios e possibilidade de geração de renda para atividades subalternas. Também focamos na relação entre o coletivo autônomo – chamado de Escola da Mata Atlântica – e a própria escola pública local, arranjos cada vez mais comuns de ajuda mútua, mas sempre desafiadores.

**Palavras chaves:** pedagogia griô; diálogo de saberes; tradição oral; juventude; complexidade.

### 1. Introdução

Neste texto queremos relatar como se deu a participação de um Mestre de tradição oral, Seu Milton Machado, mateiro e agricultor, como protagonista de aulas de Agroecologia dentro de uma Horta Ecopedagógica, gerida em parceria entre uma escola pública municipal e um coletivo autônomo de jovens, com recursos da Secretaria de Cultura do estado do RJ por meio do seu edital de Pontos de Cultura. Durante quatro anos – de 2011 a 2015 - foram realizadas aulas de Agroecologia de modo



contínuo, já dentro da grade e do horário normais da escola. No entanto, o grande avanço ocorreu no ano de 2012, onde os encontros tornaram-se semanais, com a duração de uma hora, focada no ensino-aprendizagem da turma do quinto ano e de sua professora.

Nosso objetivo maior é demonstrar como a Pedagogia Griô, em consórcio com a Agroecologia, pode ser replicada em outras escolas e experiências com grande êxito pela sua assertividade e capacidade de transformação social, tanto para os educadores envolvidos, quanto para a comunidade escolar, para os moradores e moradoras da região e também para os próprios mestres e mestras de tradição oral. Pouco tempo antes de morrer, o Mestre Milton Machado foi entrevistado para uma dissertação<sup>1</sup> de mestrado de uma das integrantes do grupo e, quando perguntado sobre o que ele mais tinha gostado de participar dentre todas as atividades culturais que tomou assento, sendo amigo e funcionário do Ponto de Cultura Caipira, ele disse “Sem dúvida foram as aulas na escola, porque por mais que tivesse um pouco de bagunça dos alunos, alguns que não prestavam atenção, volta e meia meu olho batia de frente com o olho de um aluno e eu via que ele tava interessado, tava prestando atenção, tava aprendendo e isso para mim é o que teve de melhor: poder ensinar o pouco que eu sei pra alguém”, relatou emocionado.

Os princípios e as metodologias dos encontros de agroecologia na escola, chamado por todos de “aulas”, seguiram, sobretudo, a Pedagogia Griô, que enfatiza a necessidade de colocar os mestres e mestras de tradição oral dentro dos espaços formais de educação como disputa política e ideológica pelos modos de vida das populações tradicionais, a recuperação de sua ancestralidade e de suas histórias, em contraposição ao consumo exagerado e aos padrões de vida da urbanidade, tão propagandeados pela comunicação de massas.

Como este resumo trata de uma experiência encabeçada por um coletivo de jovens, produz-se aqui material igualmente interessante para se aprofundarem questões relacionadas à juventude, especialmente juventude rural, às políticas públicas e ao mundo rural. Neste sentido, também vamos expor brevemente por que a Pedagogia Griô e o diálogo de saberes estão alinhados com princípios e

---

1 Maya, Tadzia de Oliva: A Escola da Mata Atlântica: agroecologia e cultura livre na Casa das Sementes Livres, Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ, 2013 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.



práticas diferentes da educação ambiental convencional e dos grupos chamados de neo-rurais com seus empreendimentos no campo.

Para contar esta história e seus detalhes, é preciso recorrer brevemente à formação do grupo Escola da Mata Atlântica, o coletivo de jovens que idealizou e organizou a inserção da Pedagogia Griô dentro da escola pública local. Do mesmo modo, vamos explicar a relação do coletivo com o edital Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, que financiou, entre outras coisas, o pagamento do Mestre Griô, de um aprendiz Griô e também de um agente comunitário local envolvido diretamente com as aulas de agroecologia. Naturalmente, também será pormenorizada a relação entre o coletivo e a direção e os professores e funcionário da escola pública de Aldeia Velha que acolheu o projeto das aulas de agroecologia na horta ecopedagógica.

## **2. As raízes**

Desde 2002, um grupo de jovens, em sua maioria estudantes de diversas áreas do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, começou a frequentar o distrito de Aldeia Velha, no município de Silva Jardim, motivados pela exuberante natureza e proximidade do Rio de Janeiro (duas horas de carro). Alunos de outras faculdades e universidades foram se juntando, assim como autodidatas e viajantes ocasionais. Primeiro alojados em barracas de camping, logo alugaram casas e começaram a frequentar cada vez mais o local, muito por conta da descoberta de diversos saberes e fazeres locais associados ao modo de vida das comunidades rurais caipiras que ali residiam, impregnadas de luta pela sobrevivência e autossuficiência. Com o tempo, em 2005, alguns jovens deste grupo começaram a se reunir para criar um projeto que pudesse colocar em diálogo o que aprendiam em seus cursos com o que sabiam os seus agora amigos, principalmente os mais velhos, moradores de Aldeia Velha.

Assim nasceu a Escola da Mata Atlântica, que prontamente elaborou um documento com suas principais ideias. O texto, assinado por 14 pessoas, todas com menos de 25 anos, falava do encontro com o “rico ecossistema” e com a população e sua “riqueza cultural”. Nasceu o projeto, que visava a



“adaptação de técnicas desenvolvimentistas poluentes para as não poluentes”, como também “fortalecer a cultura local através da história local (...) e cujo foco seria a “instalação de hortas agroecológicas”. Este primeiro texto do grupo é considerado analiticamente, aqui, como seu manifesto fundador ou documento identitário, entendido como a construção de uma condição narrativa, “que é o que torna efetiva e plausível a formulação de uma questão ambiental enquanto identidade distintiva de um grupo e de um espaço social” (CARVALHO, 2005). O material falava ainda em “transição agroecológica como proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário”, cursos para agricultores, geração de renda, viveiros florestais, produtos artesanais e orgânicos e do risco dos agrotóxicos e monoculturas de exportação.

Importante enfatizar que o surgimento da EMA está relacionado à convivência direta e real de um grupo de amigos e não a projetos de extensão universitário, governamentais ou alguma outra atividade previamente estabelecida. Desde seu início germinavam ideias de autogestão e autonomia. Como primeiras atividades foram realizadas sessões de cinema públicas e a filmagem de um média metragem – que fazia parte do projeto final de uma aluna de Produção Cultural da UFF – chamado Aldeia Velha e suas raízes, que está disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PL3N0tE2DvzQTFTy5uFEEW7VgiWgnIQ5Cz>.

Logo no início do desenrolar do projeto Escola da Mata Atlântica, a interação com a comunidade local ficou cada vez mais frequente e íntima, com amizades que se formavam entre os estudantes e alguns moradores antigos ou até mesmo namoros entre estes jovens e jovens da comunidade, e se aprimorou também com uma parceria com a escola local.

Quando o grupo começou a frequentar a escola, notou que a horta estava em vias de extinção, já que seu responsável, o hortelão, se encontrava prestes a se aposentar e não havia no corpo escolar quem o substituísse. Assim, por meio de participações pontuais em formato de oficinas livres para a comunidade escolar e interessados da comunidade em geral, foram iniciadas atividades como a cobertura vegetal dos canteiros, o consórcio de culturas, a alelopatia, o uso de adubos verdes, entre outras técnicas, além de vivências sobre plantas medicinais, de grande interesse da comunidade.



Esta decisão de trabalhar com a escola Vila Silva Jardim, ao invés de insistir na reativação da escola abandonada ou na criação de um espaço próprio da EMA, além de estar ligada à conjuntura econômica do grupo, se aproximava muito do ideal de diálogo de saberes que permeava os integrantes da EMA. Havia plena consciência da importância política da escola pública para a formação de opinião em Aldeia Velha e de como seria eficaz espalhar por ali os ideais de agroecologia, educação popular, conhecimento tradicional, entre outros interesses do grupo.

Este envolvimento com a escola local por meio de eventos aperiódicos foi formalizando uma parceria que culminou na construção da Casa das Sementes Livres no terreno da escola em 2007/2008, em um curso de formação pedagógica para as professoras em 2009 e em aulas de agroecologia dentro da grade de horário semanal dos alunos em 2012.

A construção de uma estrutura de pau a pique no terreno da escola – a Casa das Sementes Livres – com autorização do Poder Público local, criou uma base de atuação para o coletivo super próxima à escola pública. Na casa estavam, além de computadores e uma pequena biblioteca de temas ecológicos, uma coleção de sementes e uma casinha de ferramentas para se trabalhar na horta. A história completa da Casa bem como sua relação com a horta ecopedagógica foi selecionada para compor a Revista Agriculturas com o tema de Sementes, em 2014, disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Artigo-5.pdf>.

No início de 2009, a EMA apresentou uma proposta pedagógica de funcionamento da Casa de Sementes Livres à direção da Escola Vila Silva Jardim, cujo foco principal era integrar a dinâmica da casa ao currículo escolar por meio de atividades como cadastro de agricultores pelos alunos, catalogação de sementes em aulas de Ciências, uso do espaço para aulas de informática e assim por diante. As professoras ouvidas concordaram com a importância do tema e pediram mais subsídios teóricos e práticos para conseguir integrar as atividades às suas aulas. A EMA desenhou então um “curso de formação”, denominado “Da Semente ao Fruto - I Curso de Formação Pedagógica da Casa de Sementes Livres”, aprovado pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Educação de Silva Jardim. O curso só foi possível porque levou em conta que enquanto as professoras estivessem participando do curso, haveria entretenimento extra classe para os alunos e alunas. Depois de muitas tentativas de



realizar encontros ou até mesmo pequenos debates com as professoras, o grupo percebeu que era inviável retirar as professoras da sala de aula sem preparar atividades também para os estudantes. Esta operação foi a que mais gerou trabalho para o grupo, mas foi essencial para o funcionamento do curso, sendo uma logística elogiada até hoje pelo corpo docente. Encaramos isso como uma perspectiva alternativa de organização tempo-espço, que por sua vez está elencada dentro do paradigma da complexidade no material do SNEA.

A cartilha de 20 páginas foi construída coletivamente com as professoras, onde cada uma enviava temas relativos às sementes e à agricultura familiar, com proposta de atividades. Esse exercício fazia parte de uma busca de um material didático diferenciado e produzido pelos educadores, tendo em vista a problematização do papel dos educadores, não apenas como transmissores e reprodutores do conhecimento oficial escolar, mas também com produtores do conhecimento e seus materiais didáticos pertinentes à realidade do entorno.

### **3. As aulas de Agroecologia**

A construção da Casa das Sementes Livres, a realização do curso e a criação da cartilha abriram espaço e deram fundamentação na escola para as aulas de Agroecologia em si mesmas. Pelo lado da EMA, a experiência de uma das integrantes com a dinâmica da Pedagogia Griô possibilitou que se encaixasse esta rubrica na planilha de orçamento enviada para se concorrer ao edital dos Pontos de Cultura do governo do estado do Rio de Janeiro, em 2009. Isso só foi possível porque o coletivo também começou a gerir uma associação cultural de uma pessoa próxima ao grupo que estava desativada até então e assim possuir um CNPJ para concorrer aos editais públicos.

Com o recurso foi possível procurar quem ocuparia o cargo de Mestre Griô, ou seja, de transmissor de conhecimento tradicional oral. O grupo chegou então a um antigo morador de Aldeia Velha, contador de histórias, Seu Milton Machado que segundo o próprio foi salvo pela Agroecologia, posto que era antes “caçador e derrubador de matas”. Apesar de ser muito conhecido regionalmente, o contato direto com Seu Milton se deu pela participação tanto do coletivo quanto dele na Articulação de



Agroecologia Serramar, grupo de difusão de experiências agroecológicas na região de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama etc. Ligado à ANA (Articulação Nacional de Agroecologia).

Os encontros com temas agroecológicos, que começaram de forma tímida e ainda pouco estruturada em 2011, foram formalizados em 2012 como “aulas de agroecologia” semanais na escola pública local, onde participavam o quinto ano e sua professora, com duração de aproximadamente uma hora. Aqui é importante notar que, até então, trabalhávamos estas aulas com diversas turmas, mas avaliamos que era mais relevante para a continuidade e visão geral do trabalho formar uma turma desde o plantio até a colheita, passando por todas as fases de uma horta.

Um dos resultados deste ano de trabalho está no vídeo Rap da Horta, disponível em <https://vimeo.com/89970976>. A realização do vídeo foi mais uma tentativa de dialogar com a realidade e os anseios dos pré-adolescentes, embebidos de audiovisual em seus cotidianos. Quando falamos em fazer um vídeo, eles prontamente responderam: “Pode ser um funk? Pode ser um rap?”. Assim, foi construído de forma coletiva as gravações, a letra, o ritmo e tudo mais que compõe a peça.

Havia reuniões aperiódicas, porém constantes, com a diretora da escola para informar o andamento do projeto e decidir questões em conjunto, sobretudo financeiras, relativas à cerca da horta ou a ferramentas, por exemplo. Com a professora da turma do quinto ano, o diálogo era constante, tanto para se decidir se o conteúdo a ser abordado poderia fazer alguma relação com o currículo disciplinar, quanto para negociar expansão do horário das aulas ou remanejamento, por exemplo. A opinião e contribuição da professora eram sempre levadas em conta na formulação dos conteúdos, que por sua vez eram discutidos praticamente semanalmente com todos os membros do coletivo, que a esta altura eram cinco pessoas e mais o Mestre Griô e o agente local do Ponto de Cultura, outro morador local, conhecedor de plantas medicinais e manejo da terra. Houve também a preocupação com apresentação de resultados para toda a comunidade escolar, com o debate sobre o papel do griô na educação formal ou a exibição de fotos, por exemplo. Houve também, por diversas vezes, a visita guiada das merendeiras e funcionários na horta, estimulando sua participação ativa no monitoramento diário da



plantação. Continuamente, o coletivo da EMA debateu problemas em relação à horta nas reuniões de final de ano e encerramento de ciclos com todas as professoras.

As aulas seguiram a prática de se fazer uma horta, desde adubação, passando por capina seletiva, compostagem, plantas companheiras, irrigação, seleção de mudas, de sementes até a colheita, que naturalmente ia para a merenda escolar e, muitas vezes, pelo grande excedente ia para a casa dos funcionários ou para moradores próximos. Entremeavam-se histórias, anedotas, causos e músicas trazidas por Seu Milton, um verdadeiro mestre da oratória, afirmando dentro de um espaço escolar formal a importância dos saberes subalternos, excluídos pela ciência cartesiana. Os alunos geralmente eram divididos em grupos de interesse e assim havia os que plantavam, os que regavam, os que registravam com fotos e vídeos e, muitas vezes, os que observavam e também eram respeitados.

Em 2013, o coletivo da EMA estava passando por uma crise interna com o desligamento de alguns membros, o que coincidiu com o fim do segundo ano de convênio do edital dos Pontos de Cultura, quando foi necessário enviar a prestação de contas detalhada e o relatório anual, processos naturalmente demorados. Ainda assim, o grupo contava com alguns recursos de outros projetos e conseguiu por mais um ano realizar aulas de agroecologia na escola com Seu Milton, mas sem a periodicidade exemplar do ano anterior.

No primeiro semestre de 2014, o Mestre Griô Milton Machado faleceu, vítima de complicações de seu colesterol alto, mas, sobretudo, pela inoperância do sistema público de saúde, que leva todos os dias nossos mestres e mestras de nosso convívio e nos priva de seu conhecimento fundamental. Em 2015, por meio do projeto Mais Cultura, escrito pelo coletivo em parceria com a escola pública, conseguimos recursos do Minc para dar continuidade às aulas de agroecologia. Um dos membros do grupo foi remunerado para focalizar as aulas durante quatro meses e uma nova Mestra Griô foi chamada para ocupar o cargo de Seu Milton durante este tempo, Dona Cenira, agricultora assentada da reforma agrária, moradora de Aldeia Velha. Como o recurso era pequeno, os funcionários da escola ajudavam na irrigação e em outras tarefas da horta, atualizando a parceria.

Hoje, toda a experiência acumulada das aulas fundamentadas na Pedagogia Griô estão sendo discutidas para entrar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, de forma a garantir que os



conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais sejam encarados como fonte de ensinamentos ecológicos e culturais essenciais para a conservação da biodiversidade e a construção da sustentabilidade.

#### **4. Arcabouço da experiência**

A experiência foi criada com o objetivo de fortalecer a cultura caipira local, em vias de extinção, o que não é exagero se considerarmos as já antigas previsões de Antônio Cândido no famoso livro *Parceiros do Rio Bonito*, sobre os caipiras de São Paulo, em 1960. Tudo o que foi feito veio do entendimento de que a Agroecologia, enquanto conjunto de princípios, métodos e, sendo também um movimento social, busca discutir e atuar em processos de transformação social que compreendem o ser humano de forma integral, incluindo sua cultura, seus modos de vida e suas formas de reprodução social.

Desde as raízes das Aulas de Agroecologia, o ensejo de participação da comunidade como sujeito efetivo e a aproximação de diferentes conhecimentos no grupo fundador foi materializado muito na escolha da palavra “escola” pelo grupo, que pode ser interpretado pelo conceito de co-presença radical, elaborado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Para ele, esse conceito trata da necessidade de compreendermos todas as práticas e os agentes de ambos os “lados da linha” como contemporâneos em termos igualitários (SANTOS, 2010). O objetivo seria despertar o que as pessoas já sabem, evidenciando que todos estão no mesmo espaço-tempo lidando com a mesma realidade que atinge a todos, em uma co-presença radical.

Boaventura diz que a Ecologia de Saberes pode ser considerada “uma nova cultura política emancipatória que se refere à construção de sujeitos desestabilizadores (individuais ou coletivos), capazes de respeitar a diversidade e os diferentes tipos de conhecimento marginalizados, oprimidos e esquecidos pelo pensamento hegemônico, representado principalmente pelos países ricos industrializados do norte do globo” (SANTOS, 2010, p.63).



Ao mesmo tempo, por meio de um Diagnóstico Rural Participativo, realizado em 2006, foi percebido um grande número de agentes locais detentores de um saber valioso, referente aos meios de sobrevivência associados ao ecossistema local e que, embora moradores da zona rural, haviam, com o tempo, se desligado das atividades agrícolas. Esses agentes, identificados como Griôs e mestres/mestras Griôs, foram percebidos como potenciais multiplicadores da proposta agroecológica, capazes de dialogar através da linguagem do povo para seu próprio povo, ou como reflete Paulo Freire, em seu livro "Extensão ou Comunicação", de forma que a produção e comunicação dos saberes não se deem de forma a reforçar a ideia de superioridade e inferioridade ou ainda de uma transmissão que gere uma passividade ou invasão cultural por aqueles que se propõe a comunicar algo.

Como já era uma premissa do nosso trabalho reconhecer e valorizar estes mestres e mestras, conhecer a sistematização que estava sendo feita por educadores brasileiros sobre a tal Pedagogia Griô foi questão de tempo. A Pedagogia Griô é considerada uma forma de realizar o diálogo de saberes por meio do contato entre educadoras formais, estudantes e funcionários das escolas e de ambientes oficiais de ensino com pessoas da comunidade que detêm um grande conhecimento tradicional, reconhecendo a oralidade como processo importante de aprendizagem, assim como a ancestralidade. Na maioria dos casos, estas pessoas trazem, além de suas técnicas e conhecimentos agrícolas, a possibilidade de trabalhar a valorização da vida e da identidade de populações tradicionais, contando histórias, ensinando formas de brincar, de fazer adivinhas, de receitas culinárias tradicionais e diversificando o uso do território. Esta pedagogia advinda da palavra francesa *griot*, resgatada por jovens africanos que foram estudar na Europa, significa basicamente a pedagogia de valorizar os mais velhos e seus conhecimentos, alcançando repercussão no Brasil depois que um Ponto de Cultura da Bahia – chamado Grãos de Luz - sistematizou sua experiência de Pedagogia Griô, que contém principalmente vivências, produção partilhada do conhecimento e caminhadas como práticas. A Pedagogia Griô ganhou mais corpo em sua justificativa depois que uma lei obrigando o ensino de história indígena e afrodescendente nas escolas foi promulgada, pois em pouco tempo constatou-se que os professores não tinham formação suficiente nestas áreas, sendo melhor que os próprios descendentes e herdeiros destas



populações repassassem suas histórias de vida nas salas de aula, mesclando o saber não-formal com o formal.

## 5. Contexto regional

Dentro da nossa visão de mundo, compartilhada com muitos colegas estudiosos da Agroecologia, o campo nunca foi para nós um espaço neutro. Partindo do pressuposto de que o mundo rural não é mais espaço exclusivo das atividades agrícolas e que há muitos processos sociais contemporâneos que promovem a revalorização deste espaço, conformando um campo propício à formação de outras identidades culturais e políticas e, assim de novas ruralidades (Moreira, 2002), as lideranças da EMA nunca viram Aldeia Velha como um território sem conflitos ou isento de disputas de poder e de sentido. A procura pelo campo não foi só por um lugar de lindas paisagens ou, de modo ingênuo, por comunidades de gente simples e de cultura tradicional simplesmente. Na visão de mundo dominante dentro do grupo havia a ideia de que as relações sociais dentro das comunidades são processos percebidos como espaços em disputa de paradigmas e de valores, o que por sua vez define a forma de ocupação do território. Por isso, sempre houve a identificação do grupo com o movimento de agroecologia e suas lutas como reforma agrária, sementes crioulas e valorização da agricultura familiar. O território do município de Silva Jardim é marcado pelo isolamento geográfico que persistiu mesmo com a criação da BR-101. Uma região marcada pelos ciclos de produção da extração de madeiras, café, da cana, da laranja e hoje é marcado pelo cultivo de banana e gado de corte. A região, incluída na Zona das Baixadas Litorâneas Fluminenses, foi e é atingida pela inundação dos campos férteis sazonalmente, quando da cheia dos rios que formam as bacias hidrográficas do Rio São João e da lagoa de Juturnaíba, reservatório de água das regiões litorâneas da Costa Azul. Com forte presença da população negra, o território encontra hoje um cenário de reprodução das relações patriarcais, do início do século XX, onde as elites econômicas se organizam em famílias locais e ocupam a liderança política e o domínio da economia local, se perpetuando no poder. Também há uma forte presença da imigração suíça alemã



de colonos, oriundos das vertentes serranas de Nova Friburgo e Macaé, que buscando terras férteis, chegaram ao território a partir da segunda metade do século XIX.

Já a partir da década de 50, um forte conflito entre as massas populares e a elite detentora de enormes propriedades gerou um grande número de invasões de fazendas e instalação de acampamentos. O município de Silva Jardim chegou a possuir o maior número de acampamentos, o que hoje se reflete num considerável número de assentamentos de reforma agrária, que por serem muito antigos, e muitos já emancipados, continuam carentes de políticas públicas e planos de desenvolvimento de assentamentos.

O processo de luta pela terra foi barrado pela aliança da elite proprietária de terras locais, em torno da proposta de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs, que legitimaram os latifúndios, desabilitando os mesmos para fins e usos da reforma agrária. Dessa forma, o município passou de possuidor do maior número de acampamentos, para o município com maior número de RPPNs do estado, marketing principal do sucesso de gestão ambiental do município e ganhador recorde de recursos do ICMS Verde repassados pelo governo do estado.

Dentro desse contexto, as ações destinadas pelas políticas municipais de agricultura e meio ambiente visam fortalecer os grandes produtores locais e investir no marketing ambiental, já que o município conta também com a importante Unidade de Conservação de Proteção Integral, a Reserva de Poço das Antas, onde se preserva o Mico Leão Dourado. Os pequenos agricultores familiares, que resistiram a todos esses processos, se encontram esparsos e desarticulados, nas vertentes serranas, onde conseguiram manter algumas de suas tradições caipiras em suas pequenas propriedades e nos assentamentos de reforma agrária, ainda que em situação precária. O turismo sazonal e as casas de veraneio têm, progressivamente, transformado as famílias camponesas em prestadoras de serviços de caseiros e empregados domésticos. Os grupos comumente chamados de neo-rurais geralmente perpetuam esta relação, não conseguindo se integrar de forma dialógica com estes atores sociais, ficando felizes e acomodados em gerar renda em trabalhos subalternos para eles em seus empreendimentos comerciais;



Por conta do crítico cenário territorial, o município de Silva Jardim possui um dos índices de IDH<sup>2</sup> mais baixos do estado do Rio de Janeiro, o que leva ao interessante desafio de empoderar as famílias camponesas resistentes e valorizar a cultura caipira local, para que as futuras gerações possam ter a chance de escolher que padrões e modelos culturais e de produção econômica e social querem escolher para suas vidas.

## 6. A complexidade

Precisamos, antes de finalizar, levar em consideração as complexidades internas e externas que atravessam a experiência das Aulas de Agroecologia, frutos, principalmente, desta função interdisciplinar da experiência, que se mostrou dinâmica e múltipla, assim como a identidade do coletivo formulador, a EMA, permeada por uma historicidade singular e única.

As aulas de agroecologia, seguindo os pressupostos da Pedagogia Griô, assim como o próprio coletivo e muitas experiências similares, procuram fortalecer sua autonomia lidando com processos de permanente tensão entre as fontes de financiamento e a autogestão em um cenário de poucas oportunidades de recursos para pequenos grupos, sobretudo na área da agroecologia e formado por jovens. O melhor momento do funcionamento das aulas de agroecologia – durante o ano de 2012 – ter coincido com o ano que o grupo teve maior fonte de recursos significa que o grupo tem pouca autonomia em relação a sua gestão financeira e é dependente de insumos externos ou, pelo contrário, significa que o poder público precisa cumprir seu papel de financiar ações que garantam direitos e transformações sociais?

Consideramos que há uma falta de políticas públicas em Agroecologia, sobretudo direcionadas a pequenos grupos, associações, sindicatos e coletivos. Os recursos estão muito concentrados em grandes ONGs ou os projetos necessitam de grande aparato burocrático e alianças institucionais complexas inalcançáveis pelas pequenas organizações, que acabam sendo engolidas na programação já

---

2 Uma estimativa da Secretaria estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro publicada no jornal O Globo em 25 de setembro de 2011 coloca Silva Jardim como a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro com maior número de pessoas na extrema pobreza. Tendo como base dados do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e usando como critério a renda mensal inferior a R\$70 per capita.



prevista e desenhada pelas grandes. A possibilidade das aulas de agroecologia acontecerem dentro de uma escola pública, remunerando um agricultor familiar para ser professor, demonstra o potencial das políticas públicas na transformação social.

## Referências

CARVALHO, I. C. M. *A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais*. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) *Educação Ambiental; pesquisa e desafios*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

MAYA; NICOLAU; SOARES, 2008. *O processo de criação da Casa de Sementes Livres*. No prelo 2010

MAYA, Tadzia de Oliva *A Escola da Mata Atlântica: agroecologia e cultura livre na Casa das Sementes Livres, Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ*, 2013 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. In: BARREIRA, César (Ed.). *Sociologia e conhecimento além das fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, tradução Mouzar. Benedito. - São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma Ecologia dos saberes*, revista *Novos Estudos*, dezembro 2007.

MOREIRA, R. J. (Org.) ; Costa, L. F. C. (Org.) *Mundo Rural e Cultura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. v. 1. 314p



## ANEXOS



**Figura 1:** Experiência recebe a visita de uma escola de outro município



**Figura 2:** Mestre Griô dá aula para crianças